

O BENEFÍCIO DE UMA BOA ESTRUTURA FÍSICA ESCOLAR NO DESEMPENHO DO ALUNO

Maria da Conceição Corrêa Fermin ¹

RESUMO

Este trabalho é um recorte da Dissertação de Mestrado que discute a **INFRAESTRUTURA ESCOLAR NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM: REALIDADES E DESAFIOS PARA PROFESSORES E ALUNOS DA ESCOLA MUNICIPAL ANTÔNIO DOS REIS MORAIS NO MUNICÍPIO DE TABATINGA-AM**. O trabalho analisou a realidade e os desafios que alunos e professores enfrentam para desenvolver um ensino-aprendizagem com qualidade. Partindo desse enfoque entre realidades e desafios surgiram à necessidade de investigar de que maneira a infraestrutura escolar pode influenciar no processo de ensino-aprendizagem? Para responder tal questão foi necessário Identificar os entraves causados pela infraestrutura escolar inadequada que impedem a efetivação significativa da aprendizagem e Verificar se a infraestrutura escolar é um dos fatores determinante para o baixo rendimento escolar. Utilizando-se, como técnicas de coleta de dados, a análise bibliográfica e documental. A fim de se obter resultados mais precisos foram elaborados também questionários aberto e fechado para os sujeitos da pesquisa. De acordo com os dados obtidos constatou-se que a infraestrutura escolar pode sim influenciar não como sendo o fator determinante para o processo ensino-aprendizagem do aluno, no entanto pode contribuir de forma significativa para o desinteresse escolar, na qual será refletida no seu baixo rendimento e desempenho escolar.

Palavras chave: Infraestrutura escolar. Professor. Aluno.

SUMMARY

This work is an excerpt from the Master's Dissertation that discusses **SCHOOL INFRASTRUCTURE IN THE TEACHING-LEARNING PROCESS: REALITIES AND CHALLENGES FOR TEACHERS AND STUDENTS AT ESCOLA MUNICIPAL ANTÔNIO DOS REIS MORAIS IN THE MUNICIPALITY OF TABATINGA-AM**. The work analyzed the reality and challenges that students and teachers face in developing quality teaching-learning. Based on this focus between realities and challenges, the need arose to investigate how school infrastructure can influence the teaching-learning process? To answer this question, it was necessary to identify the obstacles caused by inadequate school infrastructure that prevent meaningful learning from taking place and to verify whether school infrastructure is one of the determining factors for low school performance. Using bibliographic and documentary analysis as data collection techniques. In order to obtain more accurate results, open and closed questionnaires were also prepared for the research subjects. According to the data obtained, it was found that the school infrastructure can influence not being the determining factor for the student's teaching-learning process, however it can contribute significantly to school disinterest, which will be reflected in its low income and school performance.

Keywords: School infrastructure. Teacher. Student.

INTRODUÇÃO

Entendemos que a estrutura física e material é um quadro preocupante nas escolas públicas brasileiras, é neste contexto que Kimura (2008, p.20) afirma que a existência e o conseqüente acesso a condições de infraestrutura são considerados pelos próprios professores das escolas como um aspecto dotado de importância fundamental para o desenvolvimento de seu trabalho.

Sabemos que para o professor desenvolver suas aulas com qualidade, de forma dinâmica que atraia o interesse do aluno para o aprendizado nos dias de hoje é um desafio, pois o aluno com essa vasta informação que esse mundo digital oferece, o professor tem que está se reinventando a cada dia para tentar competir com esse mundo globalizado, no entanto se a escola não oferecer o mínimo de condições com uma estrutura física adequada, com materiais didáticos e tecnológicos pelo menos o básico, esse professor não conseguirá desenvolver seus trabalhos de forma significativa, e assim o aluno perde o interesse preferindo muitas vezes abandonar a escola ou mesmo não participar de nenhuma atividade, pois não tem atrativo ne-

1

¹ Mestra em Ciências da Educação Pela Universidad Interamericana do Paraguay. Graduada em Pedagogia pela Universidade do Estado do Amazonas – UEA, pós-graduada em Língua Portuguesa e Literatura pela Faculdade Integrada do Brasil - FAIBRA.

nhum para fazê-lo.

Para a pesquisadora em pedagogia, Ana Maria Botelho de Lima, o ambiente escolar precisa provocar nos alunos múltiplos interesses socioeducativos. Ela reforça que a estrutura física das escolas pode dar subsídios que influenciam não apenas em ganhos da capacidade cognitiva e motora, mas também de socialização dos alunos, tendo em vista que uma infraestrutura inteligente contribuiu para estimular o convívio social e de lazer entre eles. Partindo desse pensamento o ambiente deverá ter uma estrutura apropriada com espaços pedagógicos adequados, para que possa atender todo o corpo escolar de forma satisfatória.

Há muito tempo vem discutindo sobre os ambientes escolares, chamando atenção na questão da precariedade das instalações e da falta de materiais nas instituições brasileiras. Nos anos de 1980, Castro e Fletcher (1986) discutiram as condições materiais das escolas brasileiras na época. Eles colocam explicitamente a questão da eficiência e da eficácia dos gastos públicos com educação e falam da relevância da infraestrutura das escolas para o aprendizado dos alunos. Sátyro e Soares (2007) estudaram a infraestrutura escolar com base nos dados dos Censos Escolares de 1997 a 2005 e constataram que, embora tenha ocorrido uma melhora no período, isso não repercutiu em termos de melhora nos índices de repetência e do aprendizado dos alunos.

Apesar da melhora no que diz respeito às instalações escolares, muito ainda precisa ser feito, pois em muitos lugares a precariedade dos ambientes escolares ainda é muita, principalmente na zona rural, onde as melhorias tardam a chegar, e isso faz com que a educação nessas comunidades seja inferior aos demais, contribuindo dessa forma para o mau desempenho escolar desses alunos.

Precisamos discutir ainda mais sobre os entraves que não deixam a educação do nosso país alavancar, mas para isso temos que está comprometido em melhorar essa educação, fazendo debates, fóruns, cobrando, exigindo o nosso direito como cidadão em oferecer uma escolar de qualidade para os nossos filhos, com instalações e materiais que ofereçam condições de desenvolver o processo de ensino e aprendizagem, que o conhecimento seja repassado e adquirido de maneira eficaz e significativa.

1. Analisando a estrutura escolar no processo educacional

O ambiente escolar é um fator determinante para a aquisição de conhecimento, uma escola bem projetada significa alunos com desempenhos elevados. Locais confortáveis estimulam habilidades cognitivas, que resulta na qualidade educacional.

Como afirma uma pesquisa coordenada por equipe da UFMG, lançada pela representação brasileira da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) onde diz que [...] “o desempenho da aprendizagem dos estudantes é maior quando as escolas são seguras, confortáveis, limpas, acessíveis, convidativas e estimulantes” [...].

A infraestrutura escolar pode ser entendida como “as instalações, equipamentos e serviços necessários para garantir o funcionamento da escola e auxiliar na aprendizagem do aluno” (GARCIA 2014, p. 144). Portanto, esse conceito explica, porque a infraestrutura escolar é um dos aspectos importantíssimo da Educação que ao longo dos tempos vem sendo investigado por vários pesquisadores, pois uma boa estrutura física juntamente a outros aspectos leva a um bom desempenho escolar.

Mas infraestrutura escolar vai além da parte física, envolve segurança, tecnologias adequadas e efetivas e principalmente o pedagógico, por isso as escolas devem oferecer uma infraestrutura em que atendem os anseios das famílias em que elas podem ser acolhidas de todas as maneiras. Portanto, infraestrutura escolar é tudo aquilo que é visível e não visível como, por exemplo, água potável, mobiliário das salas de aulas, pontos de desinfecção, gestão pedagógica, gestão da comunicação, gestão financeira, gestão logística de entradas e saídas, gestão de sala de aula, gestão covid com todos os controles protocolares e a tecnologia fazem parte da infraestrutura escolar.

Estes elementos são cruciais na hora das matrículas, haja vista, quanto melhor as condições das escolas mais famílias serão atraídas para as mesmas, principalmente neste momento em que estamos passando com essa pandemia, os pais estão preocupados com a segurança dos alunos neste momento, o medo de mandar os filhos para a escola é muito grande, pois nem todas as escolas apresenta uma infraestrutura adequada dentro dos protocolos de segurança de combate ao Covid-19, e dessa forma preferem deixar seus filhos em casa a enviar a escola. Portanto, a gestão escolar deve planejar de que forma irá atender todos os anseios da família, uma vez que, logo, todos os estudantes voltarão a passar a maior parte de seus dias nas escolas.

Por isso a importância do Investimento em tecnologias, as ferramentas on-line e digitais são muito valorizadas quando estão procurando uma escola para ser matriculado, especialmente em tempos de covid-19, que possibilitem a continuidade do processo de escolarização e os processos de ensino-aprendizagem por

meio das modalidades de ensino remoto e híbrido.

É importante que a escola seja um espaço acolhedor onde o aluno sinta prazer em estar presente. A infraestrutura e a forma de organização escolar devem ser bem planejadas, proporcionando aos alunos um espaço acolhedor onde ele possa desenvolver suas funções sociais, cognitivas ou motoras. De acordo com Sampaio (2012):

Acredita-se que o processo de ensino aprendizagem possui relação direta com a infraestrutura do ambiente escolar, uma vez que é o espaço de vivência do aluno, sendo, portanto essencial existir uma harmonia entre infraestrutura e pedagógico. (p.18)

O aluno precisa sentir-se feliz no ambiente escolar, para viver suas experiências diárias e entender que a escola é um espaço de conhecimento e socialização.

A deficiência de infraestrutura nas escolas segundo Satyro e Soares (2007, p.07) afeta diretamente a qualidade da educação. Prédios e instalações inadequadas, a inexistência de bibliotecas, espaços esportivos e laboratórios, a falta de acesso a livros didáticos, materiais de leitura, a relação inadequada ao tamanho da sala de aula e o número de alunos, são problemas que influenciam diretamente no desempenho dos alunos. A falta de uma boa infraestrutura escolar juntamente com os recursos físicos e tecnológicos pode prejudicar não só o desempenho do aluno, mas toda a qualidade de ensino.

Como sabemos a escola deve oferecer não só uma estrutura física adequada, como também deve suprir com as necessidades básicas, proporcionando ao aluno um processo educativo eficaz que contribua para a construção do conhecimento e da sua formação como cidadão, como sugere Luckesi (1994, p.58) “a escola cabe suprir as experiências que permitam ao aluno educar-se, num processo ativo de construção do objeto, numa interação entre estruturas cognitivas do indivíduo e estrutura do ambiente.”.

Nesse contexto a escola tem muitas funções, mas a principal delas é a função pedagógica, social e política, voltada para a transformação da sociedade relacionada ao exercício da cidadania e ao acesso as oportunidades de desenvolvimento da aprendizagem, as oportunidades vão desde o âmbito escolar, até o intelectual, que são dois pontos relevantes para a educação do indivíduo, além disso, também cabe à escola criar condições para o aluno obter um desenvolvimento escolar, e para que isso aconteça é necessário oferecer pelo menos o básico como salas arejadas e iluminadas, livros didáticos, uma boa área de lazer, merenda e principalmente professores capacitados e qualificados para a docência, dessa forma o aluno terá mais possibilidades e oportunidades em aprender elevando o seu desempenho escolar.

O processo educacional do aluno também está relacionado com a socialização, tendo em vista que a interação é de suma importância para o desenvolvimento do aluno, dessa forma é fundamental que a escola proporcione espaços para que haja essa interação permitindo assim uma melhora no convívio entre eles. Existem diversos ambientes que podem ser criados a fim de proporcionar essa interação, como quadras para a prática de esportes, pátio para a confraternização durante os intervalos, entre outras alternativas.

Além desses espaços citados a sala de aula também é um espaço de socialização e, portanto, deve estar de acordo com os padrões mínimos de qualidade para assim o aluno obter o aproveitamento da aula e o relacionamento entre alunos.

Ferrão Tavares (2000, p. 33) afirma ser importante refletir sobre a organização do espaço na aula como meio de facilitar a interação. A sala de aula e a sua organização é fundamental para que os alunos possam interagir de forma livre e espontânea, tendo em vista que, este espaço poderá contribuir ou não para a aquisição de aprendizagens, como ressalta Zabalza (2001) ao afirmar que o espaço poderá favorecer ou dificultar a aquisição de aprendizagens, revelando-se estimulante ou limitador em função do nível de coerência entre os objetivos e a dinâmica proposta para as atividades a realizar, ou em relação aos métodos de ensino e de aprendizagem caracterizadores do nosso modo de trabalhar.

Alguns espaços são fundamentais na infraestrutura escolar. Um ambiente adequado pode promover o incentivo na construção do conhecimento, pois o suporte dado ao aluno trará inúmeros benefícios à experiência acadêmica dos mesmos.

3

Além dos professores e alunos, os pais também são impactados pela infraestrutura da escola, uma vez que, ao escolher onde seus filhos passarão parte do dia, é natural que todos observem se o espaço é acolhedor, limpo, moderno e, principalmente, seguro. A estrutura da instituição de ensino pode ser fator decisivo na hora da tomada de decisão.

É necessário investimento para fortalecer o processo educacional começando pela tecnologia que é imprescindível, haja vista que o mundo se transforma a todo o momento, dessa forma o uso de recursos audiovisuais e tecnológicos como computadores, sala 3D, tablets em sala são ferramentas que enriquecem o processo

de aprendizagem. Além disso, games educativos são formas muito úteis de promover o conhecimento, melhorando a aprendizagem dos alunos. Afinal, todas essas coisas fazem parte da infraestrutura escolar, despertam o interesse dos alunos e agregam ao trabalho dos professores.

Outro espaço importante na escola é o da biblioteca, pois é o que promove a concentração e o estudo, por isso ele deve ser confortável e atrativo. É interessante pensar também nas possibilidades de uma biblioteca virtual. Muitos alunos da nova geração já nascem em um mundo altamente conectado e dispositivos tecnológicos são conhecidos. A biblioteca virtual é formada por um acervo totalmente digital que, além de livros, pode oferecer outros tipos de materiais, como em áudio ou vídeo, tornando a experiência mais dinâmica e atrativa.

Os laboratórios também merecem um espaço na escola, tendo em vista ser um espaço para o estudo das ciências, por isso é essencial ao ensino. A utilização desse tipo de espaço e de seus recursos permite que os alunos tenham um interesse maior pela matéria e é um grande incentivo na busca por um aperfeiçoamento futuro. É na escola que os interesses pelas futuras áreas de atuação nascem e a infraestrutura que leve em consideração melhorias nesses espaços está ajudando nesse processo.

Sabemos que as crianças costumam ser ativas, por isso a escola deve possuir espaços que permite a mobilidade dos alunos em atividades fora da sala de aula. Essas atividades ajudam no desenvolvimento cognitivo, motor e afetivo dos estudantes. Como por exemplo, jogos e brincadeiras, pois permitem que os educandos sintam-se estimulados e que explorem suas habilidades e dificuldades.

A infraestrutura é essencial no processo de ensino e aprendizagem, pois um espaço com qualidade influencia diretamente a prática dos professores, que podem exercer seu trabalho com total apoio; dos alunos, que se sentem motivados e podem ter diferentes experiências enquanto aprendem; dos demais funcionários, que atuam em uma organização favorável e, ainda, o dia a dia dos pais que sabem que seus filhos estão sendo motivados e bem cuidados.

2.A infraestrutura escolar e os alunos com deficiências

O acesso à educação e o direito à aprendizagem são garantias constitucionais universais, ou seja, previstas a todos os brasileiros como dever do Estado e da família. Dessa forma a escola deve oferecer um serviço igual a todos os alunos, pois a diversidade de experiências, habilidades, contextos e capacidades entre estudantes é uma realidade, mas que muitas escolas ainda não estão colocando em práticas de forma efetiva, de modo que o presente e o futuro da educação consistem na promoção da diversidade como um valor inegociável. Quanto mais respeitados em suas diferenças, mais os estudantes e educadores avançam, sejam eles pessoas com ou sem deficiência.

Ao falar da educação especial, é crucial resgatar o histórico de lutas, conquistas e estudos que consolidaram essa estratégia pedagógica como um modelo de avanço educacional no Brasil.

De acordo com o Ministério da Educação (BRASIL, 2007) o atendimento aos indivíduos com deficiência teve seu marco inicial na época do Império em que foram criadas duas instituições: o Instituto dos Meninos Cegos em 1854, atual Instituto Benjamin Constant (IBC) e o Instituto dos Surdos Mudos em 1857, hoje Instituto Nacional da Educação dos Surdos (INES).

Foram sem dúvida uma grande conquista no atendimento as deficiências, pois inseriu na sociedade a ideia de conscientização e discussão sobre a educação, porém ainda representava uma medida precária em vista da grande população deficiente (MIRANDA, 2003). A autora continua apontando que desta forma “[...] a Educação Especial se caracterizou por ações isoladas e o atendimento se referiu mais às deficiências”.

Nesse período fundaram-se instituições filantrópicas por todo o país (APAEs e Pestalozzis). Inicia-se na década de 1960, um movimento que defendia a introdução do indivíduo com necessidade especial na sociedade, para que pudessem viver em sociedade no nível mais próximo do normal. Esses movimentos sensibilizaram o Governo Brasileiro de modo que foram criadas leis que asseguram o direito à educação de pessoas com deficiências.

4

Em 1973, para expandir e promover a educação especial em todo país, foi criado o Centro Nacional de Educação Especial –CENESP, mais tarde substituído pela Secretaria de Educação Especial.

Em 1981, Ano Internacional da Pessoa Deficiente, a sociedade chamava por transformações significativas na área de educação especial, buscando assim, a necessidade de formação de cidadãos consciente de seus valores, direitos e deveres.

Com a nova Constituição do Brasil em 1988, no art.208 recomendava a integração do deficiente na rede

regular de ensino, citando que “haverá atendimento educacional especializado aos portadores de deficiências preferencialmente na rede regular de ensino”.

Os avanços na educação especial só aumentavam, pois em 1990 em Tailândia na Conferencia Mundial da UNESCO na qual se objetivou uma educação para todos, inserindo-se, nesse contexto, o compromisso da transformação do sistema educacional brasileiro, de forma a acolher a todos, sem discriminação, com qualidade e igualdade de condições.

E para firmar mais ainda os direitos e deveres das pessoas com deficiências o Brasil adotou a proposta da Declaração de Salamanca (Espanha – 1994), na Conferencia Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais, que garante uma educação para todos.

Ainda na década de 90 surgem as primeiras discussões a cerca do novo conceito de educação: a Inclusão Escolar. “No Brasil, a educação inclusiva assume espaço central no debate acerca da sociedade contemporânea e do papel da escola na superação da lógica da exclusão [...]” (BATALHA, 2009, p. 1066).

Essa inclusão escolar surgiu como uma esperança de levar a pessoa com deficiência a viver e conviver em sociedade com declara Cornélio e Silva (2009, p. 2):

Inclusão pressupõe uma escola com uma política participativa e uma cultura inclusiva, onde todos os membros da comunidade escolar são colaboradores entre si, ou seja, apoiam-se mutuamente e aprendem uns com os outros a partir da reflexão sobre as práticas docentes.

Para Campos e Martins (2008, p. 227) “Tem início então uma nova etapa conceptual de educação especial, onde o deficiente passa a receber tratamento educativo especializado e onde se implementam formas de escolarização especializadas e institucionalizadas.”

Desta forma, Glat e Fernandes (2005, p. 39) afirmam que “[...] a Educação Especial não é mais concebida como um sistema educacional paralelo e segregado, mas como um conjunto de recursos que a escola regular deverá dispor para atender à diversidade de seus alunos.”

Todas essas lutas aqui no Brasil foram refletidas na legislação educacional, fato este comprovado por meio da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96, que dedica um Capítulo integralmente a Educação Especial, fortalecendo desta forma a inclusão das pessoas com necessidades especiais no ensino regular.

Diante do exposto ficou bem claro que houve um avanço bastante significativo na educação de pessoas com deficiências, pois revelam que não haverá democracia enquanto não houver igualdade para todos, que implica garantir a inclusão de todos no processo educacional.

Estudos evidenciam que mesmo a educação inclusiva sendo garantida por políticas e leis que as regulamentem e apoiem, muitas são as dificuldades encontradas para sua total concretização, seja por falta de recursos, despreparo profissional, práticas pedagógicas não inclusivas, infraestrutura física irregular ou não adaptada. Assim sendo, quanto mais conhecermos a realidade escolar, melhores condições terão os dispositivos legais para identificar, planejar e desenvolver ações que zelem pelo direito à aprendizagem de todos os alunos, principalmente os alunos com deficiência.

Um dos maiores entraves que os alunos com deficiência se depara ao ingressar no ensino regular é a falta de uma boa infraestrutura escolar que atendam todas as suas necessidades, pois só teremos uma boa inclusão da pessoa com deficiência se tivermos um olhar diferenciado a esse publico alvo que tem os mesmos direitos e deveres que precisa ter acesso à educação de forma igualitária.

Dessa maneira a escola deve pensar como acolher todas as diferenças humanas no ambiente escolar, uma vez que desconstrói o cômodo argumento de que a escola e os professores estão dispostos a atender ao aluno com deficiência desde que ele se adapte ao modelo presente. (...) Além disso, a convenção esclarece que as pessoas com deficiência não devem ser excluídas do sistema educacional geral sob alegação de deficiência.

Ao contrário, devem ter acesso ao ensino.

As escolas públicas brasileiras ainda têm um grande caminho a percorrer para serem consideradas inclusivas a pessoas com deficiência.

CONCLUSÃO

Vimos que um elemento relevante que não pode ser esquecido pelas escolas é a acessibilidade, é ofertar um espaço físico adequado para atender os alunos com deficiências, tendo em vista o aumento de matrículas

desse público alvo em escolas regulares para atender esse aluno adequadamente é necessário o investimento em rampas de acesso, corrimãos, banheiros adequados e outros recursos necessários para garantir a mobilidade e a inclusão de todas as pessoas.

O ambiente deve ser seguro para promover o desenvolvimento de atividades diversas e adaptado para receber todos os tipos de alunos e visitantes ocasionais. Nesse sentido, uma escola que prevê a acessibilidade para pessoas com restrições físicas é um ambiente que trabalha empatia e promove o bom convívio em sociedade.

A Lei 10.098, de 19 de dezembro de 2000 estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade, tanto para as pessoas com necessidades especiais, quanto para pessoas com mobilidade reduzida. (BRASIL, 2000). Entretanto, nota-se que a legislação não vem sendo seguida, especialmente no que diz respeito à adaptação dos espaços aos portadores de deficiência, especificamente, nos espaços escolares públicos.

Portanto, para que haja a inclusão de alunos com necessidades especiais, no ensino regular, é necessário haver modificações profundas no sistema educacional, com a intervenção de profissionais especializados e capacitados no processo pedagógico, bem como da adaptação dos espaços escolares para que o aprendizado torne-se mais eficaz, pois só assim teremos uma efetiva política de educação inclusiva.

Como vimos, a infraestrutura escolar é um elemento extremamente importante para melhorar o desempenho dos alunos e o desenvolvimento da escola. Para isso, a instituição deve investir em recursos físicos e digitais para promover uma maior qualidade de ensino e com uma grande variedade de opções.

De acordo com Lailla Micas, assistente de formação do Instituto Rodrigo Mendes, dificilmente as escolas estão completamente preparadas antes de receber seus primeiros alunos com deficiência. “É a vivência com estudantes com deficiência que possibilita às escolas se adaptarem para eliminar essas barreiras arquitetônicas, atitudinais, comunicacionais ou outras, garantindo a constante busca por uma educação inclusiva e de qualidade para todos”, diz.

O compromisso da educação inclusiva é ser universal, ou seja, é incluir a igualdade de oportunidades, valorização da diversidade, e promover a aprendizagem de todos, com deficiência e sem deficiência.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, H. L. M.; BRITO, V. M.; ALMEIDA, L. M.; Espaço Escolar. 26 de Novembro de 2008.

ALVES, M. T. G.; XAVIER, F. P. (Coord.). **Qualidade da infraestrutura das escolas públicas do Ensino Fundamental no Brasil**. Brasília: UNESCO, 2019.

AQUINO. Júlio Groppa. Erro e Fracasso na Escola. Alternativas Teóricas e Práticas. São Paulo. Ed. Summus. 1997.

ARANTES, Josabete. **Relação família e escola: A participação da família no contexto escolar e o pedagogo como mediador desta relação em nível fundamental**. Londrina – PR/ 2011.

A Organização do Espaço em Sala de Aula e as Suas Implicações na Aprendizagem Cooperativa 187Meta: Avaliação | Rio de Janeiro, v. 4, n. 11, p.162-187, mai./ago. 2012.

BATALHA, D. V. Um breve passeio pela política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva brasileira. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – EDUCERE, IX, 2009, Curitiba: III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia, 2009. p. 1065-1077.

BRASIL. Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 12 fev. 2013.

BRASIL, Constituição. **Constituição da Republica Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. 16 ed São Paulo: Saraiva 1997 _____, MEC/SEF.



_____. Ministério da Educação. Ensino Fundamnetal de Nove Anos: Orientações para inclusão da criança de seis anos de idade/ Organização do documento: Jeanete Beauchamp, Sandra Denise Pagel, Aricele Ribeiro do Nascimento. Brasília: FNDS, Estação Gráfica, 2006.

BRASIL: LDB: Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Lei 9.394, de 1996. 2º ed. 2001.

BRANDÃO, Zaia et ali. O estado da arte da pesquisa sobre evasão e repetência no ensino de 1º grau no Brasil. In Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, v, 64, n 147, Maio/Agosto 1983.

BRACHT, V. Corporeidade, cultura corporal, cultura de movimento ou cultura corporal de movimento? In: NÓBREGA, T. P. (Org.). **Epistemologia, saberes e práticas da educação física**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2003. p. 97-105.

BELTRAME, M. B., MOURA, G. R. S. Edificações escolares: infra-estrutura necessária ao processo de Ensino e aprendizagem escolar. In: **Revista eletrônica “Revista Travessias”**, v. 3, n. 2, 2009.

BENCOSTTA, Marcus Levy Albino. Arquitetura e espaço escolar: o exemplo dos primeiros grupo escolares de Curitiba. In: BENCOSTTA, Marcus Levy Albino. História da educação, arquitetura e espaço escolar. São Paulo:Cortez, 2005, p. 95-140.

CAMPOS, S. M. G.; MARTINS, R. M. L. Educação Especial: aspectos históricos e evolução conceptual. Revista do ISPV, Viseu, n. 34, p. 223-331, abr. 2008.

Carvalho, M. M. M. J. (1995). *Orientação Profissional em grupo: Teoria e técnica*. Campinas: Editorial Psy.

CASTRO, C. M.; FLETCHER, P. *A escola que os brasileiros frequentaram em 1985*. Rio de Janeiro: Ipea: Iplan,1986.

CERVO, A.L; BERVIAN, P.A. Metodologia Científica. 3ª ed. São Paulo: MacGraw- Hill do Brasil, 1996.

CORNÉLIO, M.; SILVA, M. M. Inclusão Escolar: realidade ou utopia?. In: II SIMPÓSIO DE EDUCAÇÃO UNISALESIANO, 28-31 de Outubro de 2009, Lins. p. 1-12.

CORTELLA, Escola e o Conhecimento, fundamentos epistemológicos e políticos, ed. São Paulo: Cortez, 2004, p. 44.